A PRESENÇA INDÍGENA NOS DEBATES AMBIENTAIS GLOBAIS ENTRE A CONFERÊNCIA DOS CIDADÃOS (1986) E A COP 30 (2025): CONTINUIDADES E RUPTURAS

Maria Isabel Maliarenko Castilho
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0000-3828-2187
Endereço eletrônico: 201912345@uesb.edu.br

Ricardo Martins Valle
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2658-0229
Endereço eletrônico: ricardomartins.valle@uesb.edu.br

Palavras-chave: Povos indígenas; Ailton Krenak; Governança ambiental; COP 30.

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas têm intensificado os debates sobre os modelos de desenvolvimento econômico adotados em escala global, especialmente diante dos impactos socioambientais produzidos por grandes projetos de infraestrutura, muitas vezes financiados por organismos multilaterais. Nesse contexto, os povos indígenas têm se consolidado como importantes interlocutores na discussão sobre sustentabilidade, preservação ambiental e justiça climática, oferecendo perspectivas que desafiam a lógica desenvolvimentista dominante. Ademais, a presença de indígenas nesses espaços de decisão é resultado de um longo processo de mobilização e resistência política.

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a trajetória da participação indígena nos debates ambientais internacionais a partir da audição do episódio "Ailton Krenak nos EUA", veiculado pelo Programa de Índio, produção radiofônica vinculada ao Núcleo de Cultura da União das Nações Indígenas e transmitida pela Rádio USP nos anos de 1980. No episódio, Krenak relata sua participação na Conferência dos Cidadãos, realizada em Washington, em 1986, ocasião em que lideranças indígenas, pela primeira vez, puderam dialogar sobre seus

territórios e modos de vida diretamente com representantes do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) acerca dos impactos de projetos financiados por essas instituições. Ao relacionar esse episódio com a realização da COP 30, ocorrida quase quarenta anos depois, em Belém do Pará, busca-se compreender as continuidades e transformações na inserção dos povos indígenas nos fóruns internacionais voltados às questões ambientais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A participação de Ailton Krenak na Conferência dos Cidadãos representou um marco na internacionalização das pautas indígenas brasileiras. As críticas formuladas por Krenak antecipam debates que, décadas depois, passariam a ocupar posição central nas discussões globais sobre mudanças climáticas.

> Foi a primeira vez que uma representação indígena pôde discutir com os diretores do Banco a questão de financiamentos para projetos que vão ter impacto sobre populações indígenas. Até hoje, isso vinha sendo feito por técnicos do governo, pelo [IPEA], que é um instituto de pesquisas do governo, por alguns antropólogos contratados para fazer avaliação desses programas, mas que as comunidades indígenas estavam sempre na ponta, lá no terminal, enquanto que o banco está lá no outro extremo. Entre o banco que financia e as comunidades indígenas que sofrem, havia um grande número de intermediários. Estamos tentando encurtar o caminho e levar conhecimento para nossos ouvintes. (PROGRAMA DE ÍNDIO, 1986, 25min49s–26min38s).

Na sequência, ele chama atenção para os custos humanos e ambientais frequentemente ocultados pelos discursos de progresso e desenvolvimento. Sua fala evidencia o contraste entre a lógica econômica orientada pela exploração dos recursos naturais e uma perspectiva indígena fundamentada na relação de pertencimento ao território e na preservação das condições de vida. Krenak (1986) denuncia os impactos provocados por um conjunto de projetos financiados por organismos internacionais em territórios indígenas: a Rodovia Transamazônica, grande transversal que corta a Floresta Amazônica de leste a oeste; pelo leste, a ofensiva colonial, hoje consolidada, no centro norte do Pará com o Projeto Carajás, e nos rios Xingu e Tocantins, as hidrelétricas Tucuruí, Kararaô (atual Belo Monte) e Babaquara (atual Altamira); pelo sudoeste da Floresta, o asfaltamento da BR 364 (Cuiabá - Porto Velho - Rio Branco), que consolidaria a devastação do estado de Rondônia produzindo um amplo

corte de desmatamento entre a Amazônia boliviana e a brasileira; a abertura da BR 210, conhecida como Perimetral Norte, planejada para atravessar do nordeste ao noroeste da Floresta, como vetor principal do projeto Calha Norte. Esta última, se finalizada (todo o trecho de Roraima e parte do Pará foi concluído), implementaria um cordão de desmatamento isolando a Bacia Amazônica brasileira de todas as nascentes dos afluentes que descem do Norte, desde as Guianas, Venezuela e Colômbia. Os projetos que Krenak denunciava, articulando lideranças indígenas dessas diversas regiões, era um verdadeiro cerco à Amazônia brasileira, a ser tomada de fora para dentro, e dividida ao meio, para acelerar a ocupação pela fragmentação do tecido floresta.

Krenak (1986) pondera que os organismos multilaterais de crédito costumam condicionar seus financiamentos à adoção de medidas destinadas a mitigar os impactos ambientais e sociais dos grandes projetos de infraestrutura, como ações de proteção dos mananciais, preservação ambiental e demarcação de áreas indígenas. Contudo, tais contrapartidas ou se mostram insuficientes, ou não são efetivamente cumpridas pelos governos beneficiados com os empréstimos. Nos projetos Carajás e Polonoroeste, por exemplo, o governo brasileiro não cumpriu com a demarcação de terras indígenas prevista antes da realização das obras. Diante disso, Krenak questiona: "reclamar com quem?" Sua crítica dirige-se não apenas ao descumprimento das exigências socioambientais, mas também à própria lógica desses financiamentos. Em um contexto em que o Brasil acumulava uma expressiva dívida externa, os empréstimos concedidos por essas instituições ampliavam a dependência financeira do país, ao mesmo tempo que os custos sociais e ambientais dos empreendimentos recaíam desproporcionalmente sobre as populações historicamente vulnerabilizadas, especialmente os povos indígenas. Nesse sentido, ao relatar uma reunião com um grupo de técnicos do BIRD sobre a execução do Plano Especial de Manejo das Áreas Indígenas e Meio Ambiente no Acre, contrapartida para formalizar a responsabilidade ambiental do projeto de asfaltamento da BR 364, Krenak qualifica essas iniciativas como políticas destinadas a "bancar o desastre"[1], pois estariam "lançando esses países em grandes endividamentos, criando situações sociais extremamente desfavoráveis" .

A comparação com a COP 30 revela avanços e estagnações significativos. Diferentemente do cenário descrito por Krenak em 1986, os povos indígenas passaram a ocupar espaços formais de representação e consulta nos debates climáticos e ambientais

[1] Ver: https://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/financiando-o-desastre

contemporâneos. O relatório da Conferência destaca a participação de lideranças indígenas em instâncias consultivas, em processos de mobilização social e em iniciativas voltadas à construção de soluções para a crise climática; no entanto, matérias jornalísticas apontam controvérsias que relativizam esse protagonismo[2]. Embora a COP 30 tenha registrado a maior participação indígena da história, com mais de três mil representantes presentes, apenas 360 pessoas em média receberam credenciamento para acessar a Zona Azul, espaço oficial das negociações. Diante dessa limitação, lideranças indígenas realizaram manifestações reivindicando a demarcação de suas terras, denunciando a expansão do agronegócio, da mineração e da exploração de petróleo em seus territórios e exigindo que suas vozes fossem efetivamente consideradas. As manifestações evidenciaram a contradição entre o discurso institucional de inclusão e a percepção, por parte de diversos povos, de que continuam ocupando uma posição periférica nos espaços de decisão.

METODOLOGIA

A pesquisa possui caráter qualitativo e fundamenta-se em análise documental e bibliográfica. Como *corpus* principal, utiliza-se o episódio "Ailton Krenak nos EUA", do Programa de Índio, cuja transcrição integra as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto Letras e Lutas Indígenas no Brasil, vinculado ao Grupo de Pesquisa em Práticas e Narrativas (GPPEN). A análise é complementada por documentos institucionais e reportagens relacionados à COP 30, especialmente seu relatório executivo.

O trabalho adota uma perspectiva comparativa, colocando em diálogo dois momentos históricos distintos: a participação indígena na Conferência dos Cidadãos, em 1986, e o suposto protagonismo atribuído aos povos indígenas na COP 30. A comparação permite identificar permanências, rupturas e reconfigurações nos discursos e nas formas de participação política desses sujeitos em espaços internacionais de caráter deliberativo.

CONCLUSÕES

Questões como a proteção das florestas, os direitos territoriais dos povos originários, os impactos de grandes empreendimentos e a necessidade de participação das populações afetadas nos processos decisórios tornaram-se temas recorrentes em conferências ambientais internacionais. O episódio "Ailton Krenak nos EUA" ajuda a compreender a importância

[2] Ver: https://www.culturalsurvival.org/news/despite-record-indigenous-presence-brazil-cop30-climate-summit-sparks-frustration-over

histórica da participação indígena na construção desses debates. Ao denunciar os impactos dos projetos financiados por bancos internacionais e reivindicar o direito dos povos indígenas de participar de decisões que afetam seus territórios, Krenak contribuiu para a consolidação de uma agenda política que continua mobilizando discussões sobre justiça ambiental e climática.

A trajetória que trouxemos aqui indica simultaneamente, de um lado, os efeitos de conquistas históricas, que afirmam e reafirmam a centralidade das lutas locais no debate global sobre meio ambiente, porque não são abstratas as questões que decorrem de intervenções sobre territórios preservados por modos de vida humana moldados na corresponsabilidade com a terra, de outro, as formas estruturantes de estagnação histórica, que retardam o avanço de soluções para as emergências globais, porque não se enxerga a viabilidade de formas de vida que não sejam atravessadas pela forma mercadoria em todos os níveis da existência.

Se, por um lado, os povos indígenas conquistaram maior visibilidade e participação nos espaços de governança climática, por outro, as questões levantadas por Ailton Krenak há quarenta anos continuam a desafiar os limites das políticas ambientais contemporâneas. Mantém-se infelizmente atual sua crítica sistêmica aos modos de vida hegemônicos modernos, os mesmos que veem o indígena como um estágio anterior, atrasado, a ser superado, assimilado ou eliminado, bem como mantêm-se atuais e utópicas suas reflexões sobre modos de vida que já existem e que podem representar saídas para a construção de estruturas alternativas frente à crise socioambiental que afeta todo o planeta.

REFERÊNCIAS

KRENAK, Ailton. **Ailton Krenak nos EUA**. Programa de Índio, 12 out. 1986. Programa de rádio. Disponível em: https://ikore.com.br/programa/ailton-krenak-nos-eua/. Acesso em: 2 jun. 2026.

COP30. Relatório executivo da COP30. Belém: Presidência da COP30, 2026. Disponível em: https://cop30.br/pt-br/relatorio-executivo-da-cop30. Acesso em: 2 jun. 2026.